

A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO PARAIBANO À LUZ DO CONCEITO DE TRABALHO DECENTE: UMA ANÁLISE PARA AS DÉCADAS DE 1990 E 2000

Caráter do artigo: Aplicação profissional

Grupo de trabalho: 18 - Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social.

Jorge Souza Alves¹
Renato Silva de Assis²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o mercado de trabalho paraibano nas décadas de 1990 e 2000 à luz do conceito de trabalho decente. Para tanto, foram apresentados alguns indicadores extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A análise das variáveis permite concluir que o crescimento do emprego formal, a redução do desemprego e das desigualdades de renda e as melhorias na distribuição da jornada de trabalho, proporcionaram um desenvolvimento no que compete aos critérios definidos pela OIT para a promoção de um trabalho decente, no mercado de trabalho paraibano. Entretanto, ainda é possível verificar a necessidade de maiores avanços em relação à promoção de um trabalho mais digno.

Palavras chave: Trabalho Decente; Censos Demográficos; Ocupações Precárias.

1. INTRODUÇÃO

Formalizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999, o conceito de Trabalho Decente foi definido como sendo o trabalho adequadamente remunerado, desempenhado em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna para o trabalhador. Esse conceito é pautado em quatro pilares estratégicos: a) Respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; Eliminação de todas as formas de trabalho forçado, de trabalho infantil e de discriminação no trabalho); b) Promoção de emprego de qualidade; c) Extensão da proteção social; d) e Diálogo social (MTE, 2006).

Este artigo tem como objetivo analisar de forma descritiva o mercado de trabalho paraibano nas décadas de 1990 e 2000 à luz do conceito de trabalho decente. Através da análise histórica dos aspectos econômicos, sociais e demográficos do Estado, busca-se verificar se houve mudanças e permanências significativas nos indicadores de trabalho decente no decorrer das décadas de 1990 e 2000, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹ Mestre em Economia e Doutor em Sociologia pela UFPB (Campus I); Técnico do IBGE na Paraíba.

² Mestre em Economia Regional pela UFRN; Supervisor Técnico do DIEESE na Paraíba.

Além dessa introdução, esse estudo é composto por mais três seções. A segunda seção faz um levantamento do comportamento econômico e demográfico paraibano nas últimas décadas, enquanto a terceira seção analisa a dinâmica do mercado de trabalho nessa localidade, explorando tanto os aspectos e/ou indicadores mais gerais desse mercado, como os dados ou variáveis referentes ao perfil dos ocupados. A última seção trata das considerações finais.

2. O CONTEXTO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO PARAIBANO

A partir das primeiras décadas do Século XX, iniciou-se no Brasil a passagem de uma economia primário-exportadora para uma economia urbano-industrial. Nesse período, a economia nordestina, caracterizada predominantemente pela pequena produção de subsistência e pelo latifúndio agrícola (cana-de-açúcar, algodão, cacau) e/ou pecuário (gado bovino), pouco intensivos em capital, começou a perder importância relativa no contexto nacional e a tornar-se economia complementar da região Sudeste, que se configurava como o pólo dinâmico da acumulação de capital do país. Essas mudanças fizeram com que o Nordeste passasse a ser fornecedor de mão-de-obra³, de produtos agrícolas, de matérias primas e de insumos para as empresas e, em alguns momentos, de alguns produtos industriais, geralmente bens de consumo não-duráveis (têxteis, calçados e alimentos). O deslocamento do eixo de poder financeiro a favor da Região Sudeste provocou uma redução nas poucas oportunidades de investimento e agravou os problemas então existentes no Nordeste, como a exclusão (desemprego) e as desigualdades sociais, bem como as secas recorrentes em grandes áreas de seu território, aumentando sobremaneira os conflitos sociais, (Oliveira, 2003 e 2008).

Foi nesse contexto que se iniciou um lento processo de desconcentração espacial das atividades econômicas no país, sendo impulsionado tanto pela ação governamental como pelos investimentos privados, que, por sua vez, começou a atingir positivamente o Nordeste a partir dos anos 1960, que de tradicional produtora de bens de consumo não-duráveis, passou a ser produtora de bens intermediários (química e petroquímica) e a desenvolver pólos agroindustriais, mas ainda mantendo o caráter de economia complementar à tradicional indústria do Sudeste (Guimarães Neto, 1989; Oliveira, 1998; Araújo, 2000a e 2000b). Notou-se, entretanto, que os investimentos governamentais concentraram-se mais nos municípios das capitais e/ou regiões metropolitanas, bem como nos estados maiores e/ou mais desenvolvidos (Bahia, Pernambuco e Ceará), em detrimento a estados como a Paraíba (Oliveira, 1987; Andrade, 1975).

Com o esgotamento do padrão de acumulação baseado no processo de substituição de importações⁴ no final dos anos 1970, a economia brasileira começou a viver a partir dos anos 1980, um período marcado por crises (inflação, déficit público, etc.) e ajustes (planos econômicos, reforma do Estado, abertura e desregulamentação de mercados, reestruturação das empresas, entre outros), que resultaram numa fase de quase estagnação econômica. Nos anos 2000, notadamente a partir de 2004, com a melhora da situação fiscal-financeira do Estado, o retorno de seu papel como indutor do crescimento econômico e a implementação das

³ Isso decorreu do processo de deslocamento populacional na Região Nordeste, motivado pela busca por oportunidades de trabalho nos grandes centros urbanos, localizados principalmente no Sudeste.

⁴ Para maiores detalhes, ver Furtado (1959).

políticas sociais, observou-se um retorno do crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais.

Nesse período, o processo de desconcentração espacial ocorreu de forma mais lenta no Nordeste, tendo havido crescimento na produção de bens de consumo não-duráveis (especialmente têxtil, confecções e calçados) e duráveis (instalação do complexo automotivo na Bahia), além da expansão da fronteira agrícola para os Estados do Maranhão e Piauí e das atividades de comércio e serviços. Esse crescimento também ocorreu de forma diferenciada entre os espaços sub-regionais, onde, no caso do estado da Paraíba, apesar do ritmo de seu crescimento econômico ter sido superior ao verificado nos âmbitos regional e nacional⁵, esse apenas manteve uma posição relativa inalterada no contexto nacional e regional, mas com importantes mudanças em sua estrutura econômica, destacando-se o crescimento do setor de serviços e, em grau menor, do setor secundário, simultaneamente à queda das atividades relacionadas ao setor primário.

Em relação à dinâmica demográfica, os Censos Demográficos de 1940 a 2010 revelaram que a intensificação do declínio da fecundidade a partir dos anos 1960, engendrou um processo de desaceleração do crescimento populacional brasileiro, ocorrido simultaneamente à redução das taxas de mortalidade e ao aumento da expectativa de vida, de forma a proporcionar uma redução paulatina no número de dependentes (crianças e idosos) da população em idade ativa, ou seja, da razão de dependência⁶. Em relação à região Nordeste e ao Estado da Paraíba, a desaceleração do crescimento populacional ocorreu mais firmemente a partir da década seguinte, onde o ritmo de crescimento populacional nessas áreas sempre foi inferior ao nacional (sendo o da Paraíba inferior ao regional), e isso contribuiu para reduzir a participação da primeira no quadro nacional, bem como da Paraíba nos contextos nacional e regional. Além disso, constata-se que as reduções nas taxas de dependência foram mais intensas nas áreas que possuíam as maiores proporções, como o Nordeste e a Paraíba⁷.

Em relação ao nível da escolaridade da População em Idade Ativa (PIA)⁸ da Paraíba, observou-se um aumento da importância relativa dos grupos com maiores anos de estudo entre 1991 e 2000, destacando-se os grupos com 8 a 10 anos de estudo (de 6,5%, em 1991, para 9,7%, em 2000), de 11 a 14 anos (passou de 6,9%, para 9,6%, respectivamente) e o de 15 anos ou mais (de 2,7%, em 1991, para 3,3%, em 2000). Em contrapartida, houve redução de 11,3 pontos percentuais na participação relativa dos grupos sem instrução ou com até 7 anos de estudo (passou de 87,2%, para 75,9%, respectivamente). Analisando os dados do Censo Demográfico 2010 (que possuía uma nova classificação), observa-se que 61,5% da população contemplava os sem instrução e os com o fundamental incompleto. Em segundo lugar, vinham os com ensino médio completo ou superior incompleto (18,6%), seguido das pessoas com o fundamental completo e ensino médio incompleto (13,8%), e o grupo com ensino superior completo, com 5,7%.

⁵ O volume do Produto Interno Bruto (PIB) paraibano cresceu 70% entre 1995 e 2010, resultado superior em 5,6 e 12,5 pontos percentuais ao verificado nos âmbitos regional e nacional, respectivamente, e sua participação relativa nesses contextos passou de 6,1% para 6,4%, e de 0,7% para 0,8% do PIB, entre 1995 e 2010, respectivamente. Em termos de hierarquia regional, a Paraíba ficou com o 5º maior PIB regional, nos dois anos considerados.

⁶ Esse indicador representa o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

⁷ Na Paraíba, o peso da população inativa sobre a ativa passou de 94,0%, em 1970, para 51,1%, em 2010.

⁸ O Censo considera como pertencente à PIA a população que possuía 10 ou mais anos de idade.

No geral, todas essas mudanças destacadas anteriormente, tanto em termos socioeconômicos como demográficos, fizeram com que a região Nordeste, bem como a Paraíba, conhecesse atualmente um dos menores níveis de desocupação da história, como veremos a seguir. Observa-se que a Paraíba obteve um significativo crescimento no seu mercado de trabalho, fazendo com que a sua população pudesse desfrutar de um maior nível de bem estar social, advindo da expansão da massa salarial difundida dentro do Estado. Diante dessa ampliação na quantidade de empregos, passa-se a observar o surgimento de um debate relativamente recente dentro da literatura econômica, sobre a promoção do trabalho decente, ou seja, um trabalho que não apenas retire o trabalhador da margem de desocupados, mas sim que seja capaz de lhe garantir condições dignas de sobrevivência. À luz desse debate, apresentaremos alguns indicadores que tragam aspectos sobre o nível de trabalho decente no estado da Paraíba.

3. A DINÂMICA RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO PARAIBANO

Um dos aspectos que norteia o conceito do trabalho decente é a promoção do trabalho, cuja efetivação depende de fatores como a dinâmica econômica local, contingente populacional e a quantidade de ocupados e desocupados no mercado de trabalho. Através da Tabela 1, a seguir, verifica-se os indicadores gerais do mercado de trabalho no Brasil, no Nordeste e na Paraíba, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Nessas áreas, houve reduções nos ritmos de crescimento tanto da PIA como da PEA⁹, mas o fato do crescimento da PEA ter sido superior ao da PIA na década de 1990, elevou a taxa de atividade¹⁰ em 4,8 pontos percentuais no Brasil (passou de 51,8%, em 1991, para 56,6%, em 2000) e na Paraíba (passou de 46,1%, em 1991, para 50,9%, em 2000), e em 4,7 pontos percentuais no Nordeste (de 47,2%, para 51,8%, respectivamente). Na década seguinte, o ritmo de crescimento da PIA e da PEA foram aproximados, o que proporcionou um menor crescimento da taxa de atividade no Brasil e no Nordeste (em 2010, essas taxas ficaram em 57,7% e 52,3%, respectivamente), bem como estabilidade da mesma na Paraíba (em 2010, ficou em 51,2%).

Percebe-se, portanto, uma desaceleração no crescimento das populações que exercem “pressão sobre o mercado de trabalho” nas áreas em questão, só que o descompasso entre a produção de riquezas e a evolução do mercado de trabalho fez com que o ritmo de expansão da ocupação fosse diferenciado em relação às necessidades de incorporação dos trabalhadores nas atividades econômicas. Ao se analisar o crescimento da PEA em seus dois componentes (ocupados e desocupados), constata-se um pequeno crescimento da população ocupada e um grande aumento da população desocupada, entre 1991 e 2000, bem como um crescimento maior dos ocupados e uma redução dos desocupados nos anos 2000, sendo que essa redução

⁹ O Censo considera como pertencente à População Economicamente Ativa (PEA) a parte da PIA que está efetivamente disponível para o exercício de atividade econômica em um determinado período, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada com procura por alguma ocupação (trabalho).

¹⁰ Também conhecida como taxa de participação, taxa de atividade é a proporção de pessoas ocupadas ou que buscam ocupação (trabalho) dentre a mão-de-obra potencialmente disponível para a atividade econômica.

ocorreu numa intensidade bem menor que a verificada quando do seu crescimento no subperíodo anterior¹¹.

Tabela 1 - População em idade ativa e economicamente ativa, população ocupada e desocupada, taxas de atividade, de ocupação e de desocupação - Brasil, Nordeste e Paraíba (1991, 2000, 2010)

Indicadores/Área Geográfica	Anos			Variação Relativa (% e p.p.)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
Brasil					
População em Idade Ativa	112.859.578	136.910.358	161.981.299	21,31	18,31
População Economicamente Ativa	58.456.128	77.467.473	93.504.659	32,52	20,70
População Ocupada	55.293.311	65.629.892	86.353.839	18,69	31,58
População Desocupada	3.162.816	11.837.581	7.150.820	274,27	-39,59
Taxa de Atividade (%)	51,8	56,6	57,7	4,8	1,1
Taxa de Ocupação (%)	94,6	84,7	92,4	-9,9	7,6
Taxa de Desocupação (%)	5,4	15,3	7,6	9,9	-7,6
Nordeste					
População em Idade Ativa	31.308.527	37.565.737	44.217.039	19,99	17,71
População Economicamente Ativa	14.762.384	19.477.471	23.106.950	31,94	18,63
População Ocupada	13.803.969	16.384.648	20.854.301	18,70	27,28
População Desocupada	958.415	3.092.823	2.252.649	222,70	-27,17
Taxa de Atividade (%)	47,2	51,8	52,3	4,7	0,4
Taxa de Ocupação (%)	93,5	84,1	90,3	-9,4	6,1
Taxa de Desocupação (%)	6,5	15,9	9,7	9,4	-6,1
Paraíba					
População em Idade Ativa	2.395.535	2.750.867	3.161.232	14,83	14,92
População Economicamente Ativa	1.103.942	1.400.627	1.617.710	26,88	15,50
População Ocupada	1.044.594	1.200.993	1.478.168	14,97	23,08
População Desocupada	59.348	199.634	139.542	236,38	-30,10
Taxa de Atividade (%)	46,1	50,9	51,2	4,8	0,3
Taxa de Ocupação (%)	94,6	85,7	91,4	-8,9	5,6
Taxa de Desocupação (%)	5,4	14,3	8,6	8,9	-5,6

FONTE: IBGE - Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

Os dados mostram que a insuficiente demanda por mão de obra no mercado paraibano nos anos de 1990, gerou um significativo aumento nas taxas de desocupação entre 1991 e 2000, mas as mudanças ocorridas nos anos 2000 nos quadros econômico, social e demográfico melhoraram as condições do mercado de trabalho de forma a aumentar o número de ocupados e a reduzir a taxa de desocupação. No Brasil, a taxa de desocupados passou de 5,4%, em 1991, para 15,3%, em 2000, e 7,6%, 2010, enquanto no Nordeste as proporções ficaram em 6,5%,

¹¹ Na Paraíba, o crescimento dos desocupados foi de 236,4% (14,43% a.a.), e o dos ocupados 15,0% (1,56% a.a.), no subperíodo 1991/2000, e no seguinte a população ocupada aumentou 23,1% (2,10% a.a.), enquanto a população desocupada caiu 30,19% (-2,67% a.a.).

15,9% e 9,7%, respectivamente, e na Paraíba as taxas verificadas foram de 5,4%, 14,3%, e 8,6%, para esses anos.

Outro aspecto que emerge do conceito do trabalho decente é a promoção de igualdade de oportunidades para todos. Fazendo uma análise específica sobre a inserção da população jovem (15 a 24 anos) no mercado de trabalho paraibano, nota-se uma elevação da sua taxa de atividade entre 1991 (48,3%) e 2000 (52,7%), e uma redução em 2010, para 47,4%. A elevação no primeiro subperíodo deveu-se principalmente ao aumento de 235,3% (14,39% a.a.) no número de jovens desocupados, o que fez com que a taxa de desemprego juvenil saltasse de 9,0%, em 1991, para 24,8%, em 2000. No subperíodo 2000/2010, a redução da taxa de atividade ocorreu devido à maior redução da PEA em relação à PIA, sendo que a maior redução no contingente de desocupados (-34,4%, ou -3,0% a.a.) em relação à redução no número de ocupados (-4,5%, ou -0,44% a.a.), contribuiu para que a taxa de desocupação juvenil caísse para 18,5%, em 2010.

Para Alves (2006), o decréscimo da importância relativa de crianças e adolescentes no mercado de trabalho brasileiro, regional e local foi resultado da redução da oferta e da demanda por mão-de-obra desses segmentos etários. No primeiro caso, isso aconteceu devido à nova dinâmica demográfica, que tem resultado na redução crescente (inclusive absoluta) desses grupos etários, aos investimentos na educação pública a partir dos anos de 1980, bem como a opção de parte crescente dos jovens em postergar o ingresso no mercado de trabalho e se ocupar com atividades educacionais, visando uma melhor inserção futura no mercado. Pelo lado da oferta, um fator determinante foi a instituição de normas e ações do poder público e de instituições privadas proibindo ou desestimulando o uso desse tipo de mão-de-obra¹².

Analisando agora sob uma perspectiva de gênero, constata-se que o maior crescimento da PIA em relação à PEA entre os homens e o inverso entre as mulheres, em todo o período analisado, resultou no aumento da taxa de atividade feminina em 13 pontos percentuais, entre 1991 e 2010 (passou de 26,3%, em 1991, para 37,3%, em 2000, e 39,3%, em 2010), motivadas tanto pelo crescimento do número de mulheres ocupadas quanto de desocupadas. Esse último caso contribuiu para aumentar os diferenciais de taxas de desocupação entre os sexos, com clara desvantagem para as mulheres: a taxa de desocupação masculina passou de 4,8%, em 1991, para 11,7%, em 2000, e 6,6%, em 2010, enquanto a feminina saía de 6,6%, para 18,4%, e 11,6%, respectivamente.

Alguns fatores ajudam a explicar o crescimento contínuo da inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro, regional e paraibano nas últimas décadas, como a redução da fecundidade, o aumento da expectativa de vida e do nível de escolaridade em ritmos mais elevados que os homens, o crescimento dos movimentos feministas e a necessidade de contribuir para a melhoria do rendimento familiar. Além do mais, o rápido crescimento do número de mulheres na condição de pessoa de referência das famílias, seja pela dissolução do casamento, seja pela morte do marido, por abandono ou, ainda, pela simples opção de morarem sozinhas, também as impeliu para o mercado de trabalho (Alves, 2009).

Feitas essas considerações gerais sobre o mercado de trabalho paraibano, veremos, a seguir, uma análise do perfil dos ocupados segundo alguns recortes analíticos.

12

Para maiores detalhes ver Silva et. al. (2004).

3.1. A EVOLUÇÃO DOS OCUPADOS DE ACORDO COM ALGUNS ATRIBUTOS BÁSICOS

Através da Tabela 2, vemos a evolução da população ocupada de acordo com os grupos de faixa etária, entre 1980 e 2010. Analisando seus resultados, observa-se que o crescimento de 80,0% no total dos ocupados nesse período deveu-se principalmente ao grupo dos adultos (25 a 59 anos), que cresceu 131,6%, e isso contribuiu para elevar em 16,2 pontos percentuais sua participação no total dos ocupados, (passou de 56,3%, em 1980, para 72,5%, em 2010). O grupo dos idosos (60 ou mais anos) teve crescimento de 84,6%, mas sua participação relativa ficou estabilizada em torno de 7,2%. Já o grupo de jovens (15 a 24 anos) teve um crescimento de 14,6%, mas uma redução de 10,4 pontos percentuais em sua participação relativa (passou de 28,7%, para 18,3%, respectivamente). O grupo etário de 10 a 14 anos de idade teve queda de 56,3%, e sua participação relativa caiu de 7,6%, em 1980, para 1,8%, em 2010.

Tabela 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de faixa etária - Paraíba (1980, 1991, 2000 e 2010)

Grupos de idade	Pessoas Ocupadas com 10 ou Mais Anos de Idade				Variação Relativa 1980/2010 (%)
	1980	1991	2000	2010	
Quantidade (Pessoas)					
Total	821.415	1.044.594	1.200.993	1.478.168	79,95
10 a 14 anos	62.186	47.698	38.808	27.150	-56,34
15 a 24 anos	235.499	281.317	282.587	269.964	14,63
25 a 59 anos	462.717	643.169	796.904	1.071.710	131,61
60 ou mais anos	59.238	72.410	82.694	109.344	84,58
Idade Ignorada	1.775	-	-	-	-
Distribuição (%)					
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
10 a 14 anos	7,6	4,6	3,2	1,8	-
15 a 24 anos	28,7	26,9	23,5	18,3	-
25 a 59 anos	56,3	61,6	66,4	72,5	-
60 ou mais anos	7,2	6,9	6,9	7,4	-
Idade Ignorada	0,2	-	-	-	-

FONTE: IBGE/Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010 - Resultados da Amostra.

Analisando agora a distribuição da população ocupada segundo o sexo, entre 1991 e 2010, através da Tabela 3, pode-se verificar que nessas duas décadas houve um crescimento do número de ocupados em ambos os sexos, sendo esse crescimento mais intenso entre os ocupados do sexo feminino e na última década: as variações no total de ocupados desse grupo foram de 41,1% (3,90% a.a.), entre 1991 e 2000, e de 33,1% (2,90% a.a.), entre 2000 e 2010, contra variações de 4,0% (0,44% a.a.) e 17,4% (1,62% a.a.), respectivamente, para o grupo masculino. O conjunto desses fatores contribuiu para que a participação feminina no total da população ocupada na Paraíba se elevasse em cerca de 10 pontos percentuais, entre os

extremos do período (passou de 29,6%, em 1991, para 36,3%, em 2000, e 40,0%, em 2010), e, por outro lado, fez com que a participação masculina caísse na mesma proporção (de 70,5%, passou para 63,7% e 60,0%, respectivamente). Esses resultados refletem uma evolução do mercado de trabalho paraibano no que compete a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, demonstrando, assim, indícios de uma melhoria das oportunidades de trabalho no Estado.

Tabela 3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo o sexo - Paraíba (1991, 2000 e 2010)

Sexo	Pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade, na semana de referência			Variação Relativa (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
Quantidade (Pessoas)					
Total	1.044.594	1.200.993	1.478.168	14,97	23,08
Homens	735.883	765.471	886.272	4,02	15,78
Mulheres	308.711	435.522	591.896	41,08	35,90
Distribuição (%)					
Total	100,00	100,00	100,00	-	-
Homens	70,45	63,74	59,96	-	-
Mulheres	29,55	36,26	40,04	-	-

FONTE: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 - Resultados Gerais da Amostra.

Em relação à posição na ocupação principal (Tabela 4), indicador que apresenta evidências sobre a proteção social estabelecida nas relações de trabalho local, percebeu-se nos dois últimos períodos intercensitários (1991/2000 e 2000/2010), percebeu-se um crescimento do grupo dos empregados, que aumentou sua participação relativa no total dos ocupados (de 59,5%, em 1991, passou para 56,6%, em 2000, e 62,5%, em 2010) especialmente por conta do forte crescimento dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada (passou de 14,6%, em 1991, para 22,0%, em 2000, e 27,2%, em 2010). O subgrupo dos assalariados sem carteira de trabalho assinada também cresceu, entretanto sua participação no total dos ocupados teve crescimento pouco significativo (passou de 26,6%, em 1991 e 2000, para 27,7%, em 2010).

No que tange aos trabalhadores por conta própria, houve uma forte queda no nível de ocupação entre 1991 e 2000, mas isso se deve mais a mudança conceitual do Censo Demográfico 2000, que introduziu o grupo dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, cujo contingente era incluído nessa categoria até antes dessa alteração. Entre 2000 e 2010, o crescimento no número de trabalhadores por conta própria foi de 16,5% (1,54% a.a.), mas isso não impediu a redução na participação desse grupo no total dos ocupados (de 23,2%, passou para 22,0%, respectivamente). No caso dos trabalhadores para o próprio consumo, seu crescimento de 42,0% (3,57% a.a.), no subperíodo 2000/2010, ajudou no crescimento de sua participação no total dos ocupados (passou de 10,3%, para 11,8%, respectivamente). O grupo dos empregadores teve reduções de seu contingente em todo o período analisado, contribuindo, assim, para reduzir sua participação no total dos ocupados (de 2,5%, em 1991, passou para 1,7%, em 2000, e 1,4%, em 2010). Por último, temos o grupo dos trabalhadores não remunerados, que teve crescimento entre 1991 e 2000 e decréscimo entre 2000 e 2010, de

forma que a participação desse grupo no total dos ocupados também oscilasse, mas de forma a chegar em 2010 (2,4%) com um patamar bem menor do que em 1991 (6,5%).

A redução da informalidade se apresenta como outro importante objetivo rumo à efetivação de um trabalho considerado decente. Como vimos, as informações sobre a posição na ocupação revelaram, portanto, um aumento da importância dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, bem como a redução relativa do trabalho precário. Apesar dessas melhorias, ainda observa-se um elevado número de trabalhadores autônomos (22,0%) e de assalariados sem carteira de trabalho assinada (27,7%) que, junto com os sem remuneração e os que produzem para o consumo próprio, compunham o bloco de ocupações informais. Isso sem levar em conta o fato de algumas ocupações assalariadas formais serem consideradas precárias, como é o caso dos trabalhadores com contrato por tempo determinado, bem como dos prestadores de serviços em instituições públicas municipais e estaduais, dentre outros.

Tabela 4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal - Paraíba (1991, 2000 e 2010)

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Pessoas Ocupadas com 10 ou Mais Anos de Idade			Variação Relativa (%)	
	1991 (1)	2000	2010	1991/2000	2000/2010
Quantidade (Pessoas)					
Total	1.044.592	1.200.993	1.478.168	14,97	23,08
Empregados	621.013	680.094	923.550	9,51	35,80
Empregados - com carteira de trabalho assinada	152.645	264.608	402.421	73,35	52,08
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	188.087	96.384	112.167	-48,76	16,38
Empregados - outros sem carteira de trabalho assinada	277.508	319.102	408.962	14,99	28,16
Não souberam informar	2.773	-	-	-	-
Conta própria	329.313	278.714	324.772	-15,37	16,53
Empregadores	26.062	20.714	19.966	-20,52	-3,61
Não remunerados	68.204	98.352	35.021	44,20	-64,39
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	n.d.	123.118	174.860	100,00	42,03
Distribuição (%)					
Total	100,00	100,00	100,00	-	-
Empregados	59,45	56,63	62,48	-	-
Empregados - com carteira de trabalho assinada	14,61	22,03	27,22	-	-
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	18,01	8,03	7,59	-	-
Empregados - outros sem carteira de trabalho assinada	26,57	26,57	27,67	-	-
Não souberam informar	0,27	-	-	-	-
Conta própria	31,53	23,21	21,97	-	-
Empregadores	2,49	1,72	1,35	-	-
Não remunerados	6,53	8,19	2,37	-	-
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	10,25	11,83	-	-

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 - Resultados Gerais da Amostra.

NOTA: (1) opção "Trabalhadores na produção para o próprio consumo" não pesquisada pelo Censo.

Analisando agora a distribuição dos ocupados segundo as atividades econômicas, através da Tabela 5, percebeu-se a continuidade do processo de redução da importância relativa dos trabalhadores inseridos nas atividades do setor primário (agropecuária, extrativa

vegetal, silvicultura e pesca) em todo o período analisado (passou-se de 36,1%, para 31,1%, e 24,6%, respectivamente), fato já constatado por Alves (2006) que, usando os dados da PNAD/IBGE, também observou uma elevação da importância da força de trabalho nos setores terciário e secundário.

No caso do setor terciário, os Censos mostraram que sua participação no total dos ocupados na Paraíba passou de 48,3%, em 1991, para 54,9%, em 2010. Quanto ao setor secundário, sua participação no total dos ocupados passou de 14,8%, em 1991, para 16,4%, em 2010, especialmente pelo maior ritmo de crescimento de construção civil, cuja participação relativa passou de 5,2%, em 1991, para 6,9%, em 2010.

Tabela 5 - Pessoas Ocupadas com 10 anos ou Mais de Idade, Por Setor da Atividade Econômica - Paraíba (1991, 2000 e 2010)

Setor da Atividade Econômica	Pessoas Ocupadas com 10 ou Mais Anos de Idade, na Paraíba			Variação Relativa (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
Quantidade (Pessoas)					
Total	1.044.594	1.200.993	1.478.168	14,97	23,08
Agropecuária, Extrativa Vegetal, Silvicultura e Pesca	376.958	373.366	364.080	-0,95	-2,49
Indústria	99.827	117.987	139.655	18,19	18,36
Construção Civil	54.591	67.652	102.166	23,93	51,02
Comércio de Mercadorias	112.784	172.044	248.646	52,54	44,52
Serviços	391.592	462.675	562.874	18,15	21,66
Atividades mal Especificadas/ Outras Atividades	8.842	7.269	60.748	-17,79	735,71
Participação Relativa (%)					
Total	100,00	100,00	100,00	-	-
Agropecuária, Extrativa Vegetal, Silvicultura e Pesca	36,09	31,09	24,63	-	-
Indústria	9,56	9,82	9,45	-	-
Construção Civil	5,23	5,63	6,91	-	-
Comércio de Mercadorias	10,80	14,33	16,82	-	-
Serviços	37,49	38,52	38,08	-	-
Atividades mal Especificadas/ Outras Atividades	0,85	0,61	4,11	-	-

FONTE: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 - Resultados da Amostra.

Através das Tabelas 6 e 7, abaixo, pode-se ver os dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010¹³, referentes às pessoas ocupadas com 10 ou mais anos de idade na Paraíba, de acordo com os grandes grupos de ocupação no trabalho principal. Em 2000, dentre os grandes grupos de ocupação, aqueles que mais se destacaram foram os dos trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca, com 30,5% do total dos ocupados na Paraíba, o grupo dos trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (28,1%), bem como o grupo dos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, com 18,1%.

¹³ Como houve mudanças na classificação dos ocupados segundo essa variável desde o Censo Demográfico 1991, sendo os dados dos Censos de 2000 e 2010 os que mais mantiveram semelhanças em termos de classificação, resolvemos analisar apenas o que houve no subperíodo 2000/2010.

Em seguida, vieram os grupos dos técnicos de nível médio (7,0%), dos trabalhadores de serviços administrativos (5,7%), bem como dos profissionais das ciências e artes (4,6%).

No que diz respeito ao ano de 2010, observa-se que os agrupamentos ocupacionais que alocaram os maiores contingentes de ocupados encontravam-se no grupo de ocupações elementares, com participação de 26,6% no total dos ocupados, os dos trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (17,1%), bem como os trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca (13,4%). Por outro lado, os grupos menos representativos eram os membros das forças armadas, policiais, bombeiros e militares (0,5%), os diretores e gerentes (3,0%), os técnicos e profissionais de nível médio (4,7%) e os trabalhadores de apoio administrativo (5,1%).

Tabela 6 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grandes grupos de ocupação no trabalho principal - Paraíba (2000)

Grandes grupos de ocupação no trabalho principal	População de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência	
	Quantidade (Pessoas)	Participação (%)
Total	1.200.993	100,00
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	32.674	2,72
Profissionais das ciências e artes	55.672	4,64
Técnicos de nível médio	83.592	6,96
Trabalhadores de serviços administrativos	68.775	5,73
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	337.504	28,10
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	365.882	30,46
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	216.900	18,06
Trabalhadores de reparação e manutenção	20.433	1,70
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	7.808	0,65
Ocupações mal especificadas	11.753	0,98

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000 - Resultados da Amostra.

Tabela 7 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grandes grupos de ocupação no trabalho principal - Paraíba (2010)

Grandes grupos de ocupação no trabalho principal	População de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência	
	Quantidade (Pessoas)	Participação (%)
Total	1.478.168	100,00
Diretores e gerentes	44.145	2,99
Profissionais das ciências e intelectuais	128.418	8,69
Técnicos e profissionais de nível médio	70.077	4,74
Trabalhadores de apoio administrativo	74.434	5,04
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	253.074	17,12
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	197.322	13,35
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	130.653	8,84
Operadores de instalações e máquinas e montadores	96.932	6,56
Ocupações elementares	393.410	26,61
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	6.596	0,45
Ocupações mal definidas	83.107	5,62

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 - Resultados da Amostra.

A partir das informações acima, e mesmo considerando as diferenças de classificação entre os Censos analisados, observa-se que grande parte das ocupações existentes no mercado de trabalho paraibano se concentrava em grupos que historicamente tinham baixa qualificação e eram inseridos em atividades que produziam bens e serviços de baixo valor agregado, que consequentemente afetavam a remuneração auferida pelos seus ocupados.

Analisando agora o comportamento dos ocupados na Paraíba entre 1991 e 2000, de acordo com o valor do rendimento médio das pessoas ocupadas com 10 anos ou mais anos de idade (Tabela 8), observa-se que seu valor ficou no patamar de R\$ 943,75, em 2010, enquanto em 2000 esse rendimento era de R\$ 373,75. Ao se fazer uma análise por sexo, observa-se que enquanto os paraibanos percebiam um rendimento médio de R\$ 998,71, em 2010, as mulheres eram remuneradas em média com R\$ 859,89, ou seja, 86,1% do rendimento da força de trabalho masculina. Em 2000 essa relação era de 79,9%, dando evidências de que houve diminuição da discrepância salarial entre os sexos.

Analisando agora o comportamento do rendimento nominal mediano mensal dos ocupados, constatou-se que grande parte dos ocupados em 2000 percebia salário mediano de R\$ 162,00, situado, portanto, próximo do valor do salário mínimo vigente a partir de maio de 2000 (R\$ 151,00). Em 2010, o salário mediano da Paraíba ficou equivalente ao salário mínimo vigente (R\$ 510,00). Fazendo uma análise segundo o sexo, nota-se que no ano 2000 os rendimentos mais frequentes entre os homens estavam no patamar de R\$ 190,00, enquanto o das mulheres era de R\$ 151,00, ou seja, 79,5% do rendimento mediano dos ocupados do sexo masculino. Já em 2010, houve uma equalização entre os rendimentos medianos de ambos os sexos, no valor do salário mínimo, certamente em decorrência da combinação entre a política de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, de um lado, e, de outro, pelo fato de os rendimentos auferidos serem muito baixos, de forma que esses fatores agiram simultaneamente no sentido de desestimular práticas de diferenciação de gênero com base na remuneração.

Tabela 8 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, Valor do rendimento nominal médio e mediano mensal de todos os trabalhos por sexo - Paraíba (2000 e 2010)

Sexo	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com rendimento de trabalho		Valor do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais)			
			Médio		Mediano	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	972.828	1.247.528	373,75	943,75	162	510
Homens	618.415	753.634	403,30	998,71	190	510
Mulheres	354.413	493.894	322,19	859,89	151	510

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 2000 e 2010 - Resultados Gerais da Amostra.

Nota: (1) Salário mínimo utilizado em 2000 é R\$ 151,00; em 2010, é R\$ 510,00.

Em relação às desigualdades nos rendimentos auferidos na Paraíba, constatou-se uma gradual redução das mesmas nas décadas analisadas, mensurada através do Índice de Gini¹⁴ da distribuição do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos, das pessoas ocupadas e com rendimento de trabalho: esse índice passou de 0,638, em 1991, para 0,603, em 2000, e 0,575, em 2010, resultando em reduções de 5,5% e 4,6%, para os subperíodos 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente.

Outro aspecto que permeia a definição do trabalho decente é a duração e a intensidade do trabalho que, dependendo da situação, dificulta grandemente a disponibilidade de tempo do trabalhador para outras atividades como lazer com a família, qualificação, cuidado com a saúde, entre outros. Através da Tabela 9, a seguir, pode-se ver a distribuição dos ocupados na Paraíba, segundo a jornada semanal de trabalho¹⁵.

Percebe-se um crescimento maior dos grupos com até 14 horas e o com 15 a 39 horas que, juntos, tiveram um crescimento de quase 10 pontos percentuais entre 1991 e 2010, destacando-se o primeiro grupo, que teve crescimento de 7,4 pontos percentuais (passou de 1,9%, para 9,3%, respectivamente). O grupo dos ocupados com jornada semanal de trabalho entre 40 e 44 horas teve redução em sua participação relativa entre 1991 e 2000 (de 40,6% para 29,3%) e crescimento entre 2000 e 2010 (de 29,3% para 39,3%). Por outro lado, observou-se um crescimento irrelevante do grupo com jornada entre 45 e 48 horas nos dois subperíodos, enquanto o grupo de 49 ou mais horas de jornada teve crescimento no primeiro subperíodo e queda no segundo, de forma que esses dois últimos grupos tivessem uma redução de 9,5 pontos percentuais em sua participação no total dos ocupados.

¹⁴ O Índice de Gini é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (zero) - a perfeita igualdade - até 1 (um) - a desigualdade máxima.

¹⁵ Ressalte-se que os dados do Censo 1991 levam em consideração a jornada de trabalho em todos os trabalhos, enquanto nos Censos de 2000 e 2010 foi considerada apenas a jornada no trabalho principal. Por isso mesmo, a comparação entre os subperíodos deve ser relativizada.

Tabela 9 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na Paraíba, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana (1991, 2000 e 2010)

Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana	População de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na Paraíba			Variação Relativa (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
Quantidade (Pessoas)					
Total	1.044.593	1.200.993	1.478.168	14,97	23,08
Até 14 horas	20.035	58.689	137.731	192,93	134,68
15 a 39 horas	244.659	367.331	380.470	50,14	3,58
40 a 44 horas	423.907	351.687	581.219	-17,04	65,27
45 a 48 horas	155.729	158.175	161.301	1,57	1,98
49 horas ou mais	200.263	265.112	217.446	32,38	-17,98
Distribuição (%)					
Total	100,0	100,0	100,0	-	-
Até 14 horas	1,9	4,9	9,3	-	-
15 a 39 horas	23,4	30,6	25,7	-	-
40 a 44 horas	40,6	29,3	39,3	-	-
45 a 48 horas	14,9	13,2	10,9	-	-
49 horas ou mais	19,2	22,1	14,7	-	-

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 - Resultados Gerais da Amostra.

OBS: Em 1991, dados dos ocupados em todos os trabalhos; em 2000 e 2010, dados dos ocupados no trabalho principal.

Por conta desses fatos, pode-se depreender que a instabilidade vivida pela economia brasileira nos anos 1990 ajuda no entendimento do porque da perda de importância do grupo dos ocupados com jornada entre 40 e 44 horas e pelo aumento da precarização das condições de trabalho no setor privado paraibano. Já nos anos 2000, a melhoria das condições de trabalho, em função da perda de importância das ocupações com jornada de trabalho superiores à 44 horas semanais e ganho das ocupações com jornada inferiores à 40 horas, pode ser creditada ao crescimento econômico a partir de 2004, à ação sindical, às fiscalizações realizadas pelo poder público do trabalho e ao aumento do diálogo social existente na relação capital/trabalho. Entretanto, às vezes a prática de jornadas de trabalho inferiores à jornada máxima legal pode ser mais um reflexo da precarização das condições e relações de trabalho (contratos informais, a tempo parcial, trabalho avulso etc.), do que um sintoma de melhoria destas, além de ser a maneira utilizada por vários atores sociais para conciliarem duas ou mais atividades simultaneamente, como são os casos de pessoas (geralmente mulheres) que combinam a atividade laboral com os afazeres domésticos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar de forma descritiva o mercado de trabalho paraibano nas décadas de 1990 e 2000 à luz do conceito de trabalho decente. Para tanto, foram apresentados alguns indicadores do trabalho decente extraídos dos Censos Demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010. A análise das variáveis permite concluir que com o crescimento do

emprego formal, a redução do desemprego (principalmente o juvenil), a diversificação das ocupações nos setores terciário e secundário, a redução das desigualdades de renda, a diminuição do hiato salarial entre homens e mulheres e as melhorias em relação à distribuição da jornada de trabalho entre os ocupados, proporcionou um desenvolvimento do mercado de trabalho paraibano, no que compete aos critérios definidos pela OIT para a promoção de um trabalho decente.

Ressalte-se, entretanto, que as situações de desemprego e de precarização do trabalho ainda continuam elevadas para os padrões internacionais, isso sem considerar a predominância de ocupações elementares nesse mercado, inseridas em atividades que produzem mercadorias e serviços de baixo valor agregado e, portanto, proporcionam baixos rendimentos, mesmo considerando as melhorias proporcionadas pelo crescimento do poder aquisitivo do salário mínimo.

Nesse contexto, tornam-se indispensáveis o planejamento e o encaminhamento de ações que busquem gerar um trabalho mais digno e igualitário em sua produção e reprodução, como forma de propiciar melhores condições de vida para os trabalhadores. Uma pesquisa futura poderá comparar os níveis de trabalho decente entre os Estados do Nordeste nesse mesmo período abordado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jorge Souza. (2006). Evolução do Mercado de Trabalho Paraibano no Período Recente: Mudanças e Permanências. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto de (Org.). *Qualificar Para Quê? Qualificar para Quem?: Do Global ao Local: O Que se Espera da Qualificação Profissional Hoje*. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCEG, p.p. 153-170.

_____. (2009). *A Participação Recente das Mulheres no Mercado de Trabalho Paraibano: Mudanças e Permanências*. João Pessoa/PB: mimeo, 23 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. (1975). *Polarizações para João Pessoa*. Recife: UFPE, Publicação nº 3 do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Faculdade de Arquitetura.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. (2000a). Nordeste: Herança de Diferenciação e Futuro de Fragmentação. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, p.p. 203-234.

_____. (2000b). Nordeste, Nordestes. Que Nordeste? In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, p.p. 165-196.

FURTADO, Celso. (1959). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. (1989). *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2002). *Tendências Demográficas: Uma Análise dos Resultados do Universo do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, Volume 13 – Paraíba.

_____. (1994, 2001 e 2012). *Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. (2011). *Contas Regionais do Brasil 2009*. Rio de Janeiro.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). (2006). *Agenda Nacional de Trabalho Decente*. Brasília: MTE, GM, ASCOM.

OLIVEIRA, Francisco de. (1987). *O Elo Perdido: Classe e Identidade de Classe*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 135 p.

_____. (1998). A Metamorfose da Arribaça: Fundo Público e Regulação Autoritária na Expansão Econômica do Nordeste. In: *Os direitos do Antivalor: A Economia Política da Hegemonia Imperfeita*. Petrópolis/RJ: Vozes.

_____. (2003). *Crítica à Razão Dualista: O Ornitorrinco*. São Paulo: Biotempo Editorial, 1ª Edição, 150 p.

_____. (2008). *Noiva da Revolução; Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes*. São Paulo: Boitempo Editorial.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. (2004). *A Política Social Brasileira no Século XXI: A Prevalência dos Programas de Transferência de Renda*. São Paulo: Cortez Editora.